

8. ASPECTOS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Nesse item são abordados os principais componentes do patrimônio cultural, artístico e histórico do município de Morretes, que na maioria das vezes se confundem com os principais pontos de atração turística municipal. Mesmo assim, optou-se pela separação em dois itens, distinguindo o turismo da preservação, tendo em vista que as atividades turísticas no município têm uma abrangência temática maior, em função dos aspectos naturais.

Organizou-se o item de forma a distinguir também a paisagem cultural, que abrange tanto aspectos naturais como antrópicos das edificações históricas propriamente ditas.

O material disponível na Secretaria de Estado da Cultura foi utilizado principalmente em relação ao centro histórico de Morretes, entendendo-se que em Morretes o planejamento urbano está estreitamente vinculado às questões relativas ao seu patrimônio natural e construído.

8.1. PAISAGEM CULTURAL

Embora o conceito de paisagem, em geral, só tenha começado a se difundir especialmente a partir do século XVII, a percepção de paisagem sempre esteve no cotidiano da sociedade. No século XIX, a paisagem encarna a relação direta com o meio natural, não sendo discutida mais a dicotomia entre campo-cidade. A ecologia veio fortalecer esta nova interpretação de paisagem, onde os ecossistemas naturais determinam a ocupação antrópica.

O termo paisagem pode ser empregado com diferentes significados na história; as áreas verdes têm uma conotação plástica e de amenização climática, alcançando um significado mais expressivo a partir do início da Idade Contemporânea, com a ampliação das suas funções para um contexto ambiental e social.

FIGURA 8.1.1 – PAISAGEM CULTURAL DE MORRETES



Fonte: Gabardo, 2007.

Em um conceito amplo, a paisagem pode ser interpretada como a combinação dinâmica de elementos naturais e antrópicos, inter-relacionados e interdependentes, que em determinado tempo, espaço e momento social, formam um conjunto único e indissociável, em equilíbrio ou não, produzindo sensações estéticas como um ecossistema.

A paisagem deve ser primeiramente *vista* para se comunicar; deve ampliar e dar vida ao conteúdo, pois este está intimamente ligado ao objeto da comunicação do elemento formal, produzido pela arte. Uma paisagem desequilibrada não pode alcançar a harmonia necessária e realizar os desejos funcionais e estéticos do homem. A palavra *estética* deriva da palavra grega *aisthesis*, significa *percepção sensorial*. A estética pode ser definida como ciência das aparências perceptivas pelos sentidos. (BONAMETTI, 2006).

A paisagem natural deve ser entendida como o espaço ecológico antes da intervenção antrópica o seu espaço de atuação; onde serão trabalhados os elementos culturais. Partindo deste princípio podemos dizer que a paisagem cultural é o resultado da paisagem natural a partir da intervenção antrópica.

FIGURA 8.1.2 – VISTAS DE PAISAGEM NATURAL E ANTROPORIZADA NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA NO MUNICÍPIO



Fonte: GABARDO, 2007.

Tanto a paisagem natural como a cultural podem abordar escalas diferenciadas de intervenção (micro, meso e macro escalas). Na micro escala são considerados os espaços públicos e privados de dimensões menores, correspondentes a um lote ou a uma ou poucas quadras urbanas (jardins de edificações residenciais, comerciais, industriais, administrativas, institucionais, de serviços, culturais, entre outros; praças; cemitérios; etc). À meso escala correspondem os espaços públicos e particulares de grandes proporções (os conjuntos residenciais; complexos administrativos, institucionais, culturais, entre outros; setores

industriais; parques), e a macro escala comporta, por exemplo, a paisagem de grandes setores urbanos, da própria cidade e da região em que está inserida, de acordo com Bonametti (2006).

No tocante às paisagens urbanas, deve se estudar os aspectos naturais, para recriar a paisagem pela justaposição das intervenções do homem. Assim o homem, como ser vivo cultural é o agente que mais transforma a paisagem.

Especificamente quando investigamos a paisagem urbana temos que analisá-la como transmissora de um objeto formal, que transmite um sentimento estético; mas também como portadora de significados ecológicos, econômicos, sociais e políticos, de acordo com Magalhães (2001).

A transformação de uma paisagem natural em cultural se dá pela arte que qualifica o espaço, pela expressão da forma e evocação de uma emoção. A intervenção na paisagem de uma cidade deve ser o reflexo de uma boa adequação formal ao fim proposto. A paisagem urbana deve ser concebida a partir de uma composição espacial sujeita a valores e princípios filosóficos inerentes à sociedade a qual pertence. Na composição da paisagem urbana, o objeto arquitetônico, o desenho da cidade, além do mobiliário e equipamentos, são os materiais básicos para se trabalhar a plástica, dentro de parâmetros artísticos inerentes ao período histórico. A vegetação também é um importante componente paisagístico dentro do espaço urbano, com um diferencial importante: é um material vivo, em constante evolução de forma e cor, ao longo das estações, com uma ecologia que condiciona a sua utilização.

A paisagem urbana é onde se configura a sociedade, onde são produzidos os acontecimentos históricos deste grupo social, as transformações econômicas causadas pelas evoluções técnicas, entre outras; ou seja, uma paisagem característica, que é entendida como cidade.

As cidades são sistemas abertos de rápida evolução, principalmente no tocante à velocidade de transformação da paisagem, principalmente em relação às mudanças de seus códigos de significados como a linguagem, pintura, vestuário, vegetação, etc.

Deve-se identificar os elementos que compõem o nosso entorno pelo reconhecimento dos elementos naturais e antrópicos, que não são duradouros, mas estão em contínua e incessante mutação. Da mesma forma, a experiência individual ou coletiva está, também, sujeita as variações contínuas, a uma dinâmica que deriva do processo histórico de qualificação, sobre o qual incidem os fatores mais variados, desde a evolução das relações políticas, econômicas e sociais, até o desenvolvimento das técnicas, das artes, das religiões, da filosofia, conforme apresenta Leite (1994).

Uma outra maneira de investigarmos a paisagem urbana é a análise das funções ou locais de destaque na cidade, que devem ser identificados através do uso específico do espaço construído.

A paisagem urbana é percebida também de um modo mais esquemático e amplo, quando investigamos as inter-relações entre a área central e a periferia das cidades, pela simplificação das relações e dinâmicas entre estas áreas, no tocante às suas formas e aspectos.

Conforme Peixoto (1996) a intervenção nas paisagens urbanas pelos arquitetos e urbanistas deve levar em consideração a evolução da sociedade e suas transformações básicas, pois as cidades são dotadas do peso e da permanência das paisagens, onde o atual convive com a decadência; o futuro, com a antiguidade, onde os vestígios e as lembranças estão presentes.

A paisagem urbana também é o reflexo da relação entre o homem e a natureza, e pode ser vista como a tentativa de ordenar o entorno com base em uma paisagem natural. E o modo como ela é projetada e construída reflete uma cultura que é o resultado da observação que se tem do ambiente e também da experiência individual ou coletiva com relação a ele.

Concluindo, a paisagem urbana é uma mistura de arte, ciência e acaso, é compreensível que na sua construção ocorra a renovação das formas antigas e a criação de novas formas que venham a atender aos novos estilos de vida que lhe são atribuídos em cada momento histórico. Desta forma, os seus critérios de organização vão sendo constantemente questionados e modificados com a evolução da sociedade, das ciências e das técnicas.

A qualidade da paisagem, urbana ou não, representa o grau de excelência de suas características visuais (CEOTMA, 1984). Face à diversidade de elementos relacionados, a avaliação da qualidade visual da paisagem é de difícil definição em termos absolutos, sendo necessário recorrer-se a critérios baseados em um juízo de valor, cuja aplicação é muitas vezes questionável, devido aos diferentes níveis de subjetividade envolvidos.

A percepção da paisagem é subjetiva e está diretamente ligada aos fatos culturais, entretanto para se reduzir subjetividade, recorre-se aos seus elementos componentes, tais como topografia, elementos vegetais, aspectos urbanos, hidrografia, entre outros; que explica de maneira simples a qualidade de um determinado território.

A avaliação da qualidade da paisagem corresponde à valoração do que é visualizado, constituindo-se em variados métodos, classificados em função dos critérios utilizados, dos sistemas de medidas, da participação ou não do público, entre outros (PIRES, 1993).

No município de Morretes temos como principais componentes para valoração da qualidade da paisagem: a Serra do Mar, com sua paisagem natural (cobertura vegetal e relevo),

emoldurando o município e; a hidrografia, que corta e estrutura o meio rural e o urbano com seu potencial arquitetônico e histórico. O terreno acidentado da Serra do Mar proporciona visuais muito agradáveis, pois a paisagem natural, ainda muito presente, faz com que ocorram espaços livres de lazer para a população local e espaços de potencial turístico para os visitantes (ecoturismo), além da preservação do patrimônio ambiental.

Do ponto de vista da paisagem urbana, é interessante salientar que os imóveis selecionados para receberem intervenções no centro histórico de Morretes são aqueles que, além de sua qualidade arquitetônica e valor histórico têm representatividade no conjunto urbano tombado, se dispondo ao longo de um eixo, que se inicia no Outeiro da Matriz, de onde se descortina a magnífica paisagem natural que emoldura o Centro Histórico, passa-se pela Rua General Carneiro, onde há um expressivo conjunto arquitetônico, segue-se pela Rua João de Almeida e Largo José Pereira dos Santos Andrade, onde o ponto focal é a Casa Rocha Pombo. Continua em direção à Praça Silveira Peixoto, até encontrar a Igreja de São Benedito que, por sua vez, em conjunto com o Edifício da Câmara Municipal, compõem com a Praça Benedito A. de Oliveira, uma das unidades ambientais de proteção da paisagem.

Ao longo deste percurso, várias praças, largos e vias públicas se entrelaçam criando uma área singular e de muito interesse para os moradores, administradores públicos e visitantes de Morretes.

8.2. PATRIMÔNIO HISTÓRICO MUNICIPAL

A identidade cultural de uma população se concretiza através de seu patrimônio histórico preservado, que deve ser visto como um grande registro de acontecimentos e fases da história de uma cidade. É muito importante a conscientização da importância do patrimônio histórico, que é o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, estado ou município; dependendo da abrangência de análise e que tenham em sua conservação um interesse público, tanto histórico, arqueológico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.

A Carta de Veneza, documento aprovado em Veneza durante o II Congresso dos Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, e publicada pelo ICOMOS em 1966 diz:

"A conservação e o restauro dos monumentos constituem uma disciplina que apela à colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas que possam contribuir para o estudo e salvaguarda do patrimônio monumental."

A Carta de Veneza também tem como proposta, a tutela dos bens com interesse de preservação e que sejam representativos das civilizações do passado. Esta atitude pioneira foi vital para se definir a existência do monumento em si.

Existem três categorias de bens para interesse de preservação:

1. Elementos naturais do meio ambiente;
2. Produtos intelectuais que acumulam o conhecimento do homem no decorrer de sua história;
3. Bens Culturais¹.

No Paraná, o patrimônio histórico está submetido a duas leis. O Decreto-Lei federal nº 25, de 30 de novembro de 1937, que "*organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*" e a Lei Estadual nº. 1211, de 16 de setembro de 1953.

Para GONÇALVES (2007) "A palavra tombamento tem origem portuguesa e significa fazer um registro do patrimônio de alguém em livros específicos num órgão de Estado que cumpre tal função". Ou seja, utilizamos a palavra no sentido de registrar algo que é de valor para uma comunidade protegendo-o por meio de legislação específica. Atualmente, o tombamento é um ato administrativo realizado pelo poder público (SEEC – Secretaria de Estado da Cultura) com o objetivo de preservar, através da aplicação da lei, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

São os seguintes os livros do tomo da SEEC/CPC: Livro nº 1 do tomo arqueológico, etnográfico e paisagístico; Livro nº 2 do tomo histórico; Livro nº 3 do tomo das belas artes; e Livro nº 4 do tomo das artes aplicadas. O tombamento visa preservar referenciais, marcas e marcos da vida de uma sociedade e de cada uma de suas dimensões interativas.

Esta conceituação de tombamento inclui os bens móveis e imóveis de interesse cultural ou ambiental, como as fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, cidades, regiões, florestas, entre outras, como passíveis de serem objeto de tombamento.

O inventário é a primeira forma para o reconhecimento da importância dos bens culturais e ambientais, através do registro de suas características principais.

¹ Bens culturais são os objetos, as edificações, as obras de arte que foram produzidos pela sociedade e que tenham expressão histórica e venham a contribuir para as transformações em uma sociedade.

Os Planos Diretores das cidades também estabelecem formas de preservação do patrimônio em nível municipal, através do planejamento urbano. Os municípios devem promover o desenvolvimento das cidades sem a destruição do patrimônio. Podem, ainda, criar leis específicas que estabeleçam incentivos à preservação como a redução de impostos municipais aos proprietários de bens declarados de interesse cultural ou tombados.

Na escala municipal, é possível que feito o levantamento dos bens de interesse de conservação, mesmo que não tombados, o departamento municipal responsável pela emissão de alvarás de construção, demolição e alteração das edificações tenha um aviso na documentação de cada bem, alertando que ele é de interesse ao patrimônio cultural/ambiental, de modo que se possa negociar com o proprietário a conservação do bem ou medidas mitigatórias em suas intervenções. Nesse sentido, as câmaras, prefeituras, departamentos ou casas de cultura municipais podem firmar acordos de cooperação técnica com a SEEC/CPC.

Em Morretes o centro histórico é considerado bem cultural intransferível. É também um notável patrimônio econômico edificável e tem a responsabilidade de preservação do patrimônio na sociedade e não apenas do Estado, pois a cidade é um organismo vivo e cada indivíduo faz parte da cidade.

A Secretaria de Estado de Cultura do Paraná elaborou um programa de intervenções no Centro Histórico de Morretes, selecionando os imóveis que por sua qualidade arquitetônica, valor histórico e representatividade no conjunto urbano tombado, se estruturam ao longo de um eixo de interesse turístico.

Com a proposta de intervenção em imóveis e áreas públicas, busca-se a consolidação de um processo de recuperação dinâmico que a cidade já está experimentando. Assim sendo, os investimentos deverão contemplar não só os edificados, mas o tratamento paisagístico e urbano local.

FIGURA 8.2.1 – VISTA DAS EDIFICAÇÕES SIGNIFICATIVAS DA PAISAGEM





FONTE: CONSILIU PROJETOS E CONSULTORIA, 2002.

8.2.1. Imóveis Históricos

Foram identificadas as seguintes edificações, conforme sua localização no território municipal.

8.2.1.1. Distrito Sede

- Igreja de São Benedito

Edificação de estilo colonial e acervo artístico e cultural ainda bem conservado. Consta como construída por escravos em 1965. É tombada pelo Estado do Paraná. Localiza-se na confluência das Ruas Conselheiro Sinimbu e Fernando Amaro.

- Casa Rocha Pombo

Onde se encontra uma maquete da Serra do Mar, exposta ao ar livre e a galeria de arte Mirtilo Trombini, onde estão expostas a história e as obras de seus principais artistas como Rocha Pombo, Silveira Neto, Mirtilo Trombini e Teodoro de Bona. Pertence à Prefeitura Municipal de

Morretes e é tombada pelo Estado do Paraná. É utilizada como sede da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Conforme documentação da época, quando o Paraná se preparava para as comemorações do centenário de nascimento de um de seus mais ilustres filhos, o historiador, jornalista, escritor e professor José Francisco da Rocha Pombo, foi criada a Comissão Estadual que, entre outras sugestões, propôs que, em Morretes, sua terra natal, fosse erguido um monumento em sua homenagem, além de para lá ser trasladada uma biblioteca pública, tornando-se, assim, um monumento a sua memória.

Rocha Pombo (Morretes, PR, 1857 – Rio de Janeiro, RJ, 1933), aos 18 anos de idade, já trabalhava no magistério, lecionando em escola sediada em Anhaia. Colaborou na imprensa de Curitiba e em 1879, através de *O Povo*, iniciou a propaganda republicana. Em 1881, em Curitiba, onde passara a residir desde o ano anterior, publicou seu primeiro livro, *A Honra do Barão*. Escreveu poemas, contos e romances e deu partida à sua grande obra histórica, que lhe consumiu anos e anos de pesquisa em arquivos e documentos nacionais, pois sua pobreza o impedia de viajar ao exterior. Durante o Império e na República, exerceu, no Paraná, mandatos de Deputado. Em 1892, na capital do estado, num descampado que ficava a meio caminho da Água Verde (atual Praça Ouvidor Pardini), colocou a pedra fundamental do Prédio que, como ele pretendia, seria a primeira universidade do Paraná, a qual, sem amparo, tanto do governo do Estado quanto da União, só em 1912 viria a ser efetivada. Em Curitiba, ao lado de Júlio Pernetá, Euclides Bandeira, Silveira Netto, Ricardo de Lemos e Dario Veloso (o grupo inicial), fez poesia simbolista, influenciado pelas obras que João Itiberê da Cunha trouxera da Europa. Em 1897 transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde se dedicou ao jornalismo e ao magistério, na então Escola Normal do Distrito Federal (atual Instituto de Educação do Rio de Janeiro). Autor, entre outras obras, de *História de Brasil, em 10 volumes* (1915 a 1917), *Compêndio de História da América* (1900 a 1925), *História da América* (1903), *Paraná - Santa Catarina* (1905), *Nossa Pátria* (1917, que teve mais de 80 edições), *História de São Paulo* (1919), *História do Paraná* (1929), *História do Rio Grande do Norte* (1922), *História Universal* (1928). Membro da Academia Paranaense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, eleito para a Academia Brasileira de Letras, não chegou a empossar-se por haver falecido.

A casa em que Rocha Pombo nasceu é uma moradia simples, de um pavimento, construída em alvenaria mista (pedra e tijolos) em meio a área ajardinada cercada por muro com gradil de ferro, com duas frentes, uma para o largo e outra para o Rio Nhundiaquara. Aberturas encimadas por vergas em arco de semicírculo, bandeiras fixas, janelas sistema de Guilhotina, divididas em quadrículos. Cobertura em telhado de quatro águas, telha capa-e-canal,

arrematada por beiral em cimalha. Restaurada pelo Governo do Estado do Paraná e pela Prefeitura de Morretes, a casa foi adaptada para os serviços de Biblioteca municipal local.

FIGURA 8.2.1.1.1 – CASA ROCHA POMBO



FONTE: MEU PÉ DE SERRA MORRETES; FOTOGRAFIA DE NEGO MIRANDA

FIGURA 8.2.1.1.2 – LIVRO TOMBO CASA ROCHA POMBO

90

INSCRIÇÃO N.º 103 PROCESSO N.º 07/90
DESIGNAÇÃO *Residência em alienação, em Porto de Cima.*

NATUREZA: *Arquitetura Civil*
CARÁTER DA INSCRIÇÃO: *Voluntário*
MUNICÍPIO: *Morretes*
LOCALIDADE: *Porto de Cima*
LOGRADOURO: *Rua Mauumbi com sua Graciosa*
PRÓPRIETÁRIO: *João Batista Quinzani*

ENDEREÇO: *Rodovia da Uva, km.07, nº 270 - Colombo - Pr.*

CARACTERÍSTICAS: *Inserido em lote urbano, de esquina, com nobre implantação no sítio de Porto de Cima, o edifício do início do século XX, tem linguagem arquitetônica eclética de influência da imigração europeia. Construído em alienação, com cobertura de telhas cerâmicas, tem um pavimento mais alto; teve originalmente uso misto, residência e comércio, com área total de 120,00 m². Foi propriedade da família Chavello até 1983, quando passou a pertencer à família Casdoso de Aguiar que a vendeu ao Sr. João Batista Quinzani.*

OBSERVAÇÕES: *O edifício está situado na área envolvida referente ao tombamento da Igreja de São Sebastião de Porto de Cima, realizado em 1963.*

INSCRITO EM 30 de julho de 1990

Assinatura: *Rosina Feli Alice Faucher*
Cargo: *Cuidadora do Patrimônio Histórico e Artístico.*

FONTE: WWW.PATRIMONIOCULTURAL.PR.GOV.BR

- Biblioteca Pública

Pertence à Prefeitura Municipal de Morretes.

É um imóvel de grau de proteção rigoroso no conjunto urbano tombado.

- Prédio da Câmara Municipal

Pertence ao município e atualmente, abriga a Prefeitura e a Câmara Municipal.

Deverá ser desocupado pela Prefeitura para sediar somente a Câmara.

- Imóvel que abriga a Unidade de Assistência à Saúde e Ação Social

Pertence à Prefeitura Municipal de Morretes. Sedia áreas ligadas ao serviço social do município. É um imóvel de especial interesse, não só pelas suas características como pela área onde está inserido.

- Igreja de São Benedito

Pertence à Cúria. É tombada pelo Estado do Paraná. Utilizada como igreja.

Em 1760 foi fundada, em Morretes, a Irmandade de São Benedito, reunindo, conforme rezam seus estatutos, “pretos, escravos e administradores e pessoas livres que por suas devoções quiserem pertencer a ela sem distinção de sexo ou idade, com tanto que professem a religião Católica Romana, tendo por fim festejar anualmente ao Glorioso São Benedito no dia 25 de Dezembro”. Embora tenha se perdido quase toda a documentação da irmandade em uma enchente da década de 1960, os livros que sobreviveram permitem levantar sua história a partir do ano de 1860. Entre 1865 e 1895 foram construídos a capela e o cemitério, com grande dificuldade por corresponder, na região, a um período de decadência econômica.

Compõem-se sua arquitetura do esquema edificado mais simples da tradição religiosa: nave, torre-sineiras e capela-mor. A construção é de alvenaria mista, pedra e tijolo, com cobertura em duas águas e telhado em beira-e-bica. Internamente, o maior interesse está no altar-mor, com um grupo de imagens de diferentes épocas, sobressaindo-se entre todas, a do padroeiro, o “glorioso São Benedito”.

FIGURA 8.2.1.1.3 – IGREJA DE SÃO BENEDITO



FONTE: WWW.PATRIMONIOCULTURAL.PR.GOV.BR

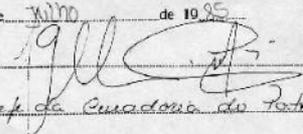
FIGURA 8.2.1.1.4 – LIVRO TOMBO IGREJA DE SÃO BENEDITO

71

INSCRIÇÃO Nº 86 PROCESSO Nº 85/84
 DESIGNAÇÃO Igreja de São Benedito

NATUREZA: Arquitetura religiosa
 CARÁTER DA INSCRIÇÃO: Voluntária
 MUNICÍPIO: Morretes
 LOCALIDADE:
 LOGRADOURO: Largo Marechal Floriano
 PROPRIETÁRIO:
 ENDEREÇO:

CARACTERÍSTICAS: Construção do século XVIII, erigida pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, apresenta características de arquitetura luso-brasileira quanto ao portão e à volumetria. A planta se subdivide em três espaços principais: 1º fase: capela-mor e sacristia; Nave e coro. 2º fase: torre unilateral. A técnica construtiva utilizada foi a alternância de pedra e cal nas paredes externas, tijolos nas abóbadas e arcos dos vãos. A torre tem fundação em pedras e tijolos nas paredes. A capela-mor e sacristia receberam acabamento final e conclusão de uma
 OBSERVAÇÕES: posterior à nave.
O tombamento da Igreja de São Benedito tem como área de influência o Largo Marechal Floriano, a Rua Conselheiro Innocênti entre o Largo Marechal Floriano e a Rua Antônio Vieira dos Santos e a Rua Fernando Amaro entre o Largo Marechal Floriano e a Rua Padre Sariniano. Foi aprovado pelo Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, em reunião realizada em

INSCRITO EM de 1985 de 1985
 Assinatura: 
 Cargo: Chefe de Curadoria do Patrim. Histórico e Artístico

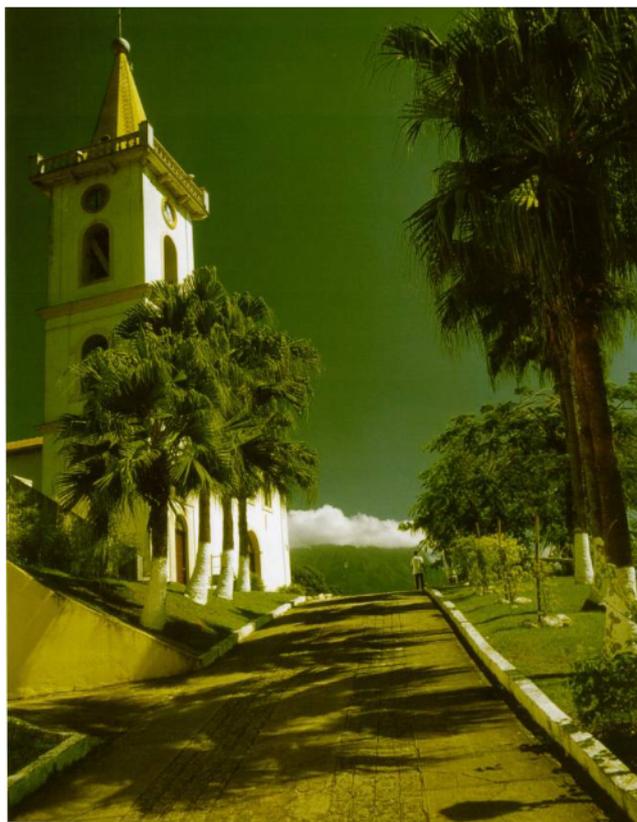
FONTE: WWW.PATRIMONIOCULTURAL.PR.GOV.BR

- Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar

Pertence à Cúria. De uso constante, é imóvel marcante na paisagem urbana.

FIGURA 8.2.1.1.5 – IGREJA MATRIZ





8.2.1.2. Porto de Cima

- Igreja São Sebastião do Porto de Cima

Pertence à Cúria. Está tombada pelo Estado do Paraná.

É o Portal de Entrada ao Município de Morretes para quem ali chega, descendo a Serra do Mar pela Estrada da Graciosa. Está situada na praça central de Porto de Cima, em torno da qual estão dispostas as poucas casas dos habitantes do lugarejo.

Com o aumento do movimento comercial e da população, fez-se necessária a construção de uma capela para o atendimento religioso da população local – em sua maioria absoluta Católica Romana – e dos tropeiros que ali pousavam. Para isso, em 1779, o Tenente-Coronel Don Afonso Botelho de San Paio e Souza e o Capitão Antonio Rodrigues de Carvalho traçaram os alicerces para a construção da igreja de Porto de Cima sob a invocação de Nossa Senhora da Guia e de São Sebastião.

Na década de 1840 os zeladores da antiga capela conseguiram uma provisão do bispo diocesano autorizando a ampliação da mesma que, devido às suas diminutas proporções, já não satisfazia às necessidades da população local. Para que ocorresse a ampliação, uma

petição abaixo-assinada pelos expoentes da economia local foi enviada ao bispo diocesano.

Em 1850 a capela já estava em condições de uso, embora ainda estivesse em obras, as quais continuariam a ser executadas aos poucos até as primeiras três décadas de nosso século. As paredes do corpo da igreja foram confeccionadas originalmente em estuque e posteriormente substituídas por paredes de tijolos.

Em 1841 Porto de Cima e Morretes separaram-se de Antonina. Na década de 1850, pela via política e não pela via eclesiástica, Porto de Cima foi elevado à freguesia com vigário próprio mantido pela população. Porto de Cima teve dez vigários independentes de Morretes no período entre 1856 e 1889, quando com a decadência ervateira local a população não pôde mais manter o vigário.

Na década de 1860 surgiu a Irmandade de São Sebastião, a qual teve destacado papel na manutenção da igreja e vigário, bem como na realização das festas religiosas e dos cultos. Das festas, a principal era a do padroeiro S. Sebastião havendo, porém, duas festas menores, que eram a do Divino e a do Bom Jesus. Era com as taxas pagas pelos irmãos, com as esmolas que estes coletavam cada um ao seu mês e com as festas que mantinham a igreja local.

Em 1900 Porto de Cima já estava em completa decadência econômica. Um boletim eclesiástico desse ano nos relata da seguinte maneira a situação da capela:

“A capela de São Sebastião de Porto de Cima conta com quase 80 anos de existência, como me informou o Sr. Francisco Marques, antigo morador daquela vila. A população atual é de 1700 a 1800 almas mais ou menos. Seu território mede de uma a duas léguas. A matriz possui alfaias boas e regulares e bem cuidadas pelo Sr. Francisco Marques. Tem a Irmandade de São Sebastião. Há somente a Igreja Matriz. Quando se celebra a Santa Missa nessa paróquia há sempre uma prática. Aqui há missa só nos primeiros domingos de cada mês. Os casamentos são celebrados religiosamente. Os moradores parecem muito católicos.”

A situação religiosa desde então pouco se alterou. A irmandade passou a desempenhar, ao contrário de antes, função predominantemente religiosa, quando na segunda metade do séc. XIX sua função era predominantemente econômica, ou seja, a manutenção da igreja e vigário.

A irmandade ainda organiza a festividade de São Sebastião no dia 20 de janeiro ou no domingo mais próximo dessa data. Faz parte da festividade a saída em procissão da irmandade de São Sebastião, com seus membros vestindo a opa e carregando em andor a imagem de São Sebastião, a qual acredita-se que seja do final do séc. XVIII.

Quando falece alguém, a irmandade acompanha o cortejo ao cemitério e faz o guardamento. A irmandade tem cemitério próprio para seus membros. Além da festa, atualmente, é função da

irmandade o cuidado da manutenção da igreja, auxiliada pelos integrantes do Grupo de Jovens de Porto de Cima.

Em 1779 foram traçados os alicerces da antiga capela por Afonso Botelho de Sam Paio e Souza e Antonio Rodrigues de Carvalho. Não temos a data de conclusão da antiga capela, o que deve ter ocorrido ainda no séc. XVIII.

Em 1845 o padre Agostinho Machado Lima e Joaquim Antonio dos Santos Sousa foram a Porto de Cima para assinalar o local para a edificação de uma nova capela, a qual acabou sendo uma emenda à antiga construção. A construção fora aprovada pelo bispo diocesano Caio Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, no dia 18 de outubro de 1845, em atendimento à petição dos zeladores da antiga capela a ele apresentada.

A 13 de janeiro de 1846, uma petição dos moradores de Porto de Cima foi encaminhada à Câmara de Morretes, acompanhada da provisão do Bispo diocesano, pela qual era concedida a construção de uma capela na povoação de Porto de Cima. Para viabilizar o atendimento do pedido de ampliação da capela, a Câmara pediu a medição do terreno.

Em setembro de 1850, o Bispo Diocesano expediu um documento autorizando a celebração dos ritos religiosos na capela que, embora em construção, estava em condições de uso. A visita, benção e celebração de Missa Gregoriana pelo Padre Agostinho Machado Lima deu-se a 15 de setembro de 1850.

As obras da capela estenderam-se por quase quarenta anos e mesmo depois, com várias alterações na primeira metade do séc. XX.

Os relatórios dos presidentes da província dão conta de que em 1862 estavam em andamento as obras para a ampliação da antiga capela, as quais eram custeadas pelos fiéis do local. A antiga capela seria então transformada em altar-mor do novo edifício a ela emendado, o que lhe ampliaria em cerca de 6 vezes o espaço interno que possuía. A ela também fora acrescentada a sacristia construída ao lado direito da nova entrada, pois a antiga entrada foi fechada com tijolos.

Em 1874 foram concluídas as obras da capela-mor, porém, devido ao fato de a nova construção ser uma emenda à antiga, solicitou a comissão de obras por ela responsável, ao presidente da província, que fosse demolido o corpo da igreja, por não conservar o conjunto – antigo e novo edifício – à devida proporção e simetria. Ao mesmo tempo pediam mais verbas para a demolição e reconstrução do antigo edifício no intuito de dar uma harmonia ao todo. Em 1874, a comissão dos zeladores da antiga capela, responsável pelas obras, recebeu mais verbas e em 1876 foram concluídas as obras da capela-mor, sacristia e demais dependências.

Em 1934 foi feita a compra de madeira para a recomposição do assoalho e em 1960, o assoalho de madeira foi substituído por piso de granitina.

Entre os anos de 1975 e 1980, foi feita uma reforma interna na igreja, na qual o coro foi reassoalhado e o guarda corpo do coro que era de execução simples e rústica bem como a escada que lhe dá acesso foram refeitos em madeiras trabalhadas. Nesta última reforma também foram alteradas as estruturas do telhado. O piso de granitina – que segundo alguns habitantes do local, estava em bom estado de conservação – foi substituído por um piso de lajotas, para consumir o restante da verba que conseguiram para o “restauro”.

- Casa Dona Siroba - Pousada Dona Siroba – Casa de alvenaria em Porto de Cima

É uma casa de uso misto, em que o espaço da esquina é aproveitado para o comércio, com aberturas de portas para as duas ruas. O sótão habitável e o contorno curvo de concordância com o térreo denunciam influência da imigração portuguesa. A técnica empregada é alvenaria de tijolos com cobertura em telhas cerâmicas. Os vãos de portas e janelas, fechados por esquadrias de madeira arrematadas por bandeiras envidraçadas são encimados por arcos abatidos.

FIGURA 8.2.1.2.1 – CASA DE ALVENARIA EM PORTO DE CIMA



FONTE: WWW.PATRIMONIOCULTURAL.PR.GOV.BR

FIGURA 8.2.1.2.2 – LIVRO TOMBO IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO DO PORTO DE CIMA

INSCRIÇÃO Nº 3 PROCESSO Nº 222-03/63
 DESIGNAÇÃO Igreja de São Sebastião do Porto de Cima

NATUREZA: Arquitetura religiosa
 CARÁTER DA INSCRIÇÃO: Com preservação, dolo, voluntária
 MUNICÍPIO: Morretes
 LOCALIDADE: Porto de Cima
 LOGRADOURO:
 PROPRIETÁRIO: Mittra do Arcebispado
 ENDEREÇO: Porto de Cima

CARACTERÍSTICAS: Construída na primeira metade do século 19 juntamente a capela-mor. Observa-se na fachada posterior certa riqueza de detalhes: pilastrias circulares em torçao estilizado, desproporcionais ao seu tamanho, frontão triangular e dois púlpitos laterais. Tal riqueza não se justifica a não ser que a intenção primitiva fosse fazer desta a fachada principal.

OBSERVAÇÕES: Posteriormente um aumento contramurou as murallas originais, sendo construída a nave mais baixa que a capela-mor. Recentemente foi-lhe acrescentada uma torre. A sacristia foi construída com a preocupação de obedecer o desenho da fachada posterior. Todas as janelas e portas sofreram modificações, tendo outras, inclusive, sido acrescentadas conforme as necessidades.

INSCRITO EM 14 de Março de 19 63
 Assinatura: Silvana Alves
 Cargo: Chefe do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

FONTE: WWW.PATRIMONIOCULTURAL.PR.GOV.BR

8.2.1.3. Outros imóveis

Outros imóveis que entraram na proposta de intervenções da SEEC foram o Antigo Mercado Municipal na Avenida João de Almeida e a antiga indústria na Rua Conselheiro Sinimbu, esquina com a Rua Antonio Vieira dos Santos.

Também foi contemplada na proposta a valorização da paisagem urbana com a implantação de fiação subterrânea para rede elétrica e subterrânea, além de tratamento paisagístico nas praças e calçamentos.

Os Mapas nº 33, 34, 35, 36, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61 e 62 reproduzem os levantamentos do uso do solo realizados pela Secretaria de Estado da Cultura, que além de apoiar as ações relativas ao patrimônio histórico municipal, identificam a situação atual do centro histórico,

Tratam do uso e da ocupação do centro histórico e demonstram as taxas de ocupação das quadras e dos lotes ali existentes. Apontam as características principais das edificações e permitem pensar na estratégia futura da ocupação daquele espaço.

8.2.2. Caminhos Coloniais

Os caminhos coloniais eram a única ligação entre o litoral e o planalto paranaense, em meados do século XVII. Por eles subiram os predadores de índios, os faiscadores de ouro e os homens que povoaram os Campos de Curitiba e os Campos Gerais.

- Caminho da Graciosa

Teve sua construção em duas etapas: a da Serra do Mar, entre 1646 e 1653 e até o Atuba, entre 1848 e 1870. A estrada era de uso dos índios que desciam a serra para mariscar no litoral e depois subiam na época do pinhão. Em 1653 o caminho foi abandonado, utilizando-se o do Itupava e a abertura definitiva só foi possível após a Emancipação da Província, em 1872. Neste meio tempo, a estrada foi diversas vezes aberta e abandonada.

- Caminho do Itupava

“Conta a tradição antiga que alguns caçadores, seguindo uma anta, abriram uma picada, acompanhando sua trilha, vindo a matá-la em Porto de Cima ou nos lugares próximos e que, então, por esta mesma trilha, foi aberta uma picada que só dava trânsito aos viajantes, conduzindo cargas nas costas.”

Vieira do Santos, em Memórias históricas de Paranaguá.

O Caminho do Itupava é um dos caminhos coloniais que interliga as planícies litorâneas ao primeiro planalto paranaense. Provavelmente originado de trilhas indígenas milenares, sua utilização como via de acesso social e comercial contribuiu para o desenvolvimento econômico e para o processo de colonização luso-brasileira desde o século XVII na região.

O Caminho do Itupava está localizado dentro de uma área de Floresta Atlântica considerada Reserva da Biosfera pela Unesco; faz parte da Área de Tombamento da Serra do Mar; está cadastrado no IPHAN como Patrimônio Arqueológico (Lei Federal 3.924/61); e também representa um potencial de ativação econômica para os municípios envolvidos.

Por quase 250 anos, o Caminho do Itupava foi a principal via de comunicação entre o litoral e o planalto curitibano. Com a extensão de aproximadamente 55 Km, o caminho partia do Largo do Bittencourt onde hoje se localiza o Círculo Militar do Paraná em Curitiba, passando pela Borda do Campo, em Quatro Barras, e atravessando a íngreme Serra do Mar até chegar a Porto de Cima, em Morretes. Tropas desciam carregadas de erva-mate, fumo, carne seca, couros e cereais, entre outros. Na subida eram transportados produtos como açúcar, sal, ferragens, tecidos e álcool. A Fazenda Borda do Campo, na época, servia de pousada para os viajantes.

A passagem na época era utilizada por pedestres a procura de ouro nos ribeirões da Serra.

Posteriormente com a chegada de Eleodoro Ébano Pereira, instalou-se o primeiro núcleo colonial, com o arraialamento de mineradores nas margens do rio Atuba. Não demorou muito e, em 1654, fundava-se pouco adiante, cerca de uma légua do primeiro arraial, a nova povoação de Nossa Senhora da Luz.

Para essa povoação, pelo motivo de não ter sido ainda habitada pelos mineradores - portanto sem caminhos regulares - foi necessário prolongar a trilha, atravessando os ribeirões do Bacacheri, Juvevê e Belém, atingindo o outeiro até o rio Ivo. Admitido essa seqüência, pode-se concluir que o Caminho do Itupava tenha sido aberto em três etapas. A primeira na serra, antes de 1649, a segunda de 1649 a 1654 e a terceira após 1654.

Quando Curitiba foi elevada a categoria de vila, em 1693, e depois da instalação da câmara, esta resolveu mandar executar trabalhos, pois o Itupava estava em más condições.

Somente em 1720, em face da ação disciplinadora do Ouvidor Pardinho na vila de Curitiba, é que houveram nomeações de "cabos" para a conservação dos "quartéis" do caminho. Em razão das escorregadias subidas e descidas, atoleiros, tremedais e pedrarias, esta parte foi revestida, antes das demais, com pedras grosseiras que facilitava a passagem das tropas. Sob a direção de cabos e feitores, o serviço era executado por gente humilde, levados por mandados e ameaças dos oficiais da câmara e dos sargentos-mores da vila de Curitiba.

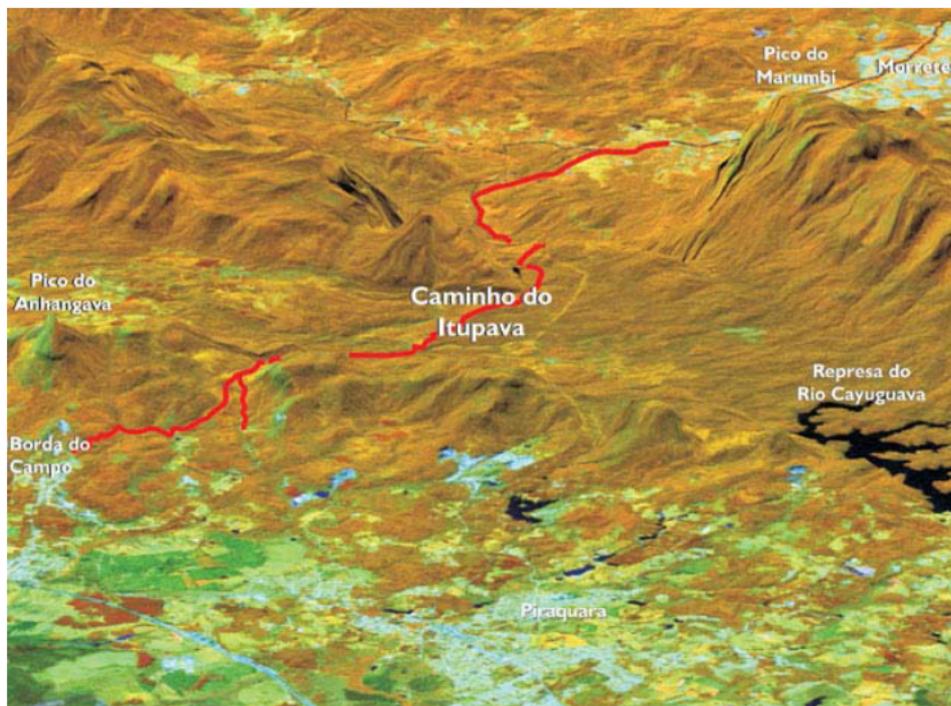
Mas em 1743, os reparos no Caminho do Itupava foram suspensos, devido à necessidade de atendimento à abertura da Estrada da Graciosa. Após abertura da estrada se iniciou o declínio do Caminho, tendo se extinguido quase por completo após a abertura da ferrovia Curitiba-Paranaguá, em 1885.

Em 1844 foi construída uma ampla casa de pedra ao pé do Cadeado, próximo ao rio Itupava, sendo instalada ali a "Barreira". Em 1880, a casa serviu de escritório dos engenheiros construtores da estrada de ferro de Paranaguá (Local do atual Santuário do Cadeado).

Ao longo de sua existência o Itupava teve diversos nomes: "Caminho do Mar", "Caminho de Paranaguá", "Caminho de Cubatão", "Caminho Real", "Caminho Grande", "Caminho da Serra", "Caminho de Morretes", "Caminho de Curitiba" etc.

O seu trajeto foi definido, pela primeira vez, por Rafael Pires Pardiniho, Borda do Campo, Encruzilhada, Campina, Pedra do Descanso, Ipiramirim, Pederneiras, Ipiranguçu, Aterrado, Itororrns, Pico da Serra.

FIGURA 8.2.2.1 – MAPA GERAL DO CAMINHO DE ITUPAVA



FONTE: SEMA PRÓ-ATLÂNTICA, 2006.

O primeiro nome foi Caminho de Quereitiba. Mas o caminho também recebia nomes dos topônimos dos lugares onde funcionavam as barreiras arrecadadoras dos impostos: "Porto de Cima", "Morretes", "Campina", "Barro Vermelho" e, finalmente, "Itupava". Este último topônimo apelidou para a posteridade o histórico e precioso Caminho do Itupava.

O seu abandono deu-se com a efetivação da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá (1885). A utilização do Caminho passou por diversas fases, que resultaram em diferentes formas de

ocupação do seu entorno (estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços), com mudanças no seu traçado e no próprio calçamento efetuado no século XIX.

O Tombamento foi homologado em 25 de julho de 1986 pelo Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, com fundamento na Lei 1.211, de 16 de setembro de 1953, que dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná.

O edital que contém a descrição da área tombada da Serra do Mar e a regulamentação do seu uso trata dos sítios históricos e arqueológicos e dos caminhos coloniais, dispondo sobre a necessidade de regulamentação específica:

h - atividades de turismo, lazer, científicas, culturais, esportivas, serviços diversos e públicos (...)

VI – As áreas, sítios e caminhos históricos, abrangidos pelo tombamento, serão oportunamente demarcados e receberão uma regulamentação especial, visando garantir a sua preservação.

VII – Os sítios arqueológicos existentes na área deverão ser cadastrados e os projetos de atividade de cunho científico apreciados pela Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico.

Estas Normativas visam, portanto, garantir o cumprimento à decisão do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico a respeito da regulamentação do uso do Caminho do Itupava e, também, o reconhecimento, a valorização e a proteção dos recursos naturais e histórico-culturais a ele pertinentes bem como à sua área de influência. A ordenação do uso desse patrimônio contribuirá para induzir a adoção de comportamentos adequados ao ambiente do Caminho, estimulando e contribuindo para a sua conservação.

Constituem objetivos destas Normativas:

- a) proteger o Caminho do Itupava e sua área de influência como patrimônio histórico-arqueológico;
- b) promover a educação ambiental e patrimonial e a difusão de princípios de conservação e valorização da natureza e do patrimônio cultural;
- c) estimular o desenvolvimento de atividades recreativas de forma ordenada e compatível com a conservação ambiental e cultural;
- d) incentivar a pesquisa científica, visando o conhecimento dos recursos naturais e culturais, bem assim a divulgação ampla dos seus resultados;

- e) desenvolver ações de proteção do traçado e da paisagem do Caminho do Itupava, por meio do zoneamento e da ordenação do seu uso;
- f) contribuir para um programa de valorização do patrimônio cultural do Paraná tendo os caminhos históricos como o eixo focal de abordagem.

O zoneamento tem por base o conhecimento das características naturais, histórico-culturais e recreativas que o Caminho do Itupava e sua área de influência representam. A ordenação do uso em cada zona é norteada pela manutenção da integridade das características do Caminho do Itupava que justificam sua proteção como patrimônio histórico e arqueológico, mediante o estabelecimento de distintos graus de proteção e de intervenção.

Considera-se área de influência os locais adjacentes ao Caminho do Itupava que contenham indícios arqueológicos a ele relacionados, já identificados ou a identificar.

a) Zona de uso restrito

O objetivo principal desta zona é conservar o Caminho onde a intervenção humana foi mínima, de forma a evitar a sua degradação, estando autorizado apenas o uso científico. Esta zona é definida segundo dois critérios de preservação: 1) correspondente aos trechos do caminho situados dentro dos perímetros do Parque Estadual do Marumbi e do Parque Estadual da Serra da Baitaca e; 2) correspondente a dois trechos com características especiais, devido o seu grau de conservação, constituindo-se como testemunhos.

Esta zona compreende quatro trechos do Caminho: o primeiro, trecho testemunho, localiza-se no distrito de Borda do Campo, no Município de Quatro Barras, entre as coordenadas geográficas: 25° 24' 19" / 49° 01' 15" e 25° 24' 34" / 49° 00' 38"; o segundo situa-se na área do Parque Estadual da Serra da Baitaca, entre as coordenadas geográficas: 25° 24' 32" / 49° 00' 18" e 25° 25' 20" / 48° 58' 30"; o terceiro atravessa a área do Parque Estadual do Pico do Marumbi, entre as coordenadas geográficas: 25° 25' 47" / 48° 56' 15" e 25° 25' 38" / 48° 55' 09"; o quarto, também trecho testemunho, estende-se entre as coordenadas geográficas: 25° 25' 38" / 48° 55' 09" e 25° 25' 36" / 48° 55' 10", entroncamento da estrada de Prainhas, com o acesso à Usina Marumbi. Esta zona totaliza 7.689,50 metros de extensão e representa 37,32 % do total do Caminho do Itupava.

b) Zona de uso extensivo

Esta zona é uma transição entre as zonas de uso restrito e de uso intensivo, formada por amostras significativas dos diferentes ambientes do Caminho e consiste principalmente em porções com poucas alterações, onde a intervenção humana foi pequena.

O objetivo central nesta área é manter o ambiente natural com impacto humano mínimo oferecendo, em escala extensiva, facilidades de uso público para fins educativos e recreativos.

A zona de uso extensivo compreende três trechos do Caminho, assim descritos: o primeiro localiza-se no distrito de Borda do Campo, no Município de Quatro Barras, entre as coordenadas geográficas: 25° 24' 34" / 49° 00' 38" e 25° 24' 32" / 49° 00' 18"; o segundo trecho situa-se entre o rio Ipiranga e a divisa ocidental do Parque Estadual Pico do Marumbi, pelas coordenadas geográficas: 25° 25' 20" / 48° 58' 30" e 25° 25' 47" / 48° 56' 15"; o terceiro trecho localiza-se entre o entroncamento da estrada de Prainhas, com acesso à Usina Marumbi até a Sede de Prainhas do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), no distrito de Porto de Cima, Município de Morretes, entre as coordenadas geográficas: 25° 25' 36" / 48° 55' 10" e 25° 25' 03" / 48° 54' 06". Estes trechos somam 7.869,72 metros e representam 38,19 % da extensão total do Caminho.

c) Zona de uso intensivo

Esta zona caracteriza-se pela intensidade de uso antrópico, na qual houve maior interferência humana. Objetiva-se promover a integração entre visitantes e moradores e a preservação dos recursos histórico-culturais, propiciando recreação intensiva, dentro de conceitos de mínimo impacto aplicados ao Caminho.

Trata-se de dois trechos do Caminho, sendo o primeiro situado no distrito de Borda do Campo, município de Quatro Barras, entre as coordenadas geográficas: 25° 24' 26" / 49° 01' 39" e 25° 24' 19" / 49° 01' 15". O segundo, compreendido entre a sede do Instituto Ambiental do Paraná em Prainhas e o entroncamento com a PR-411, no distrito de Porto de Cima, no Município de Morretes, sob as coordenadas geográficas: 25° 25' 03" / 48° 54' 06" e 25° 26' 01" / 48° 52' 26". Totaliza 4.680,70 metros e 22,72 % do Caminho.

Normas gerais

A instalação, ampliação, reforma ou recuperação de obras, edificações ou atividades ao longo do Caminho do Itupava e de sua área de influência dependerão de anuência prévia da Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura - CPC/SEEC, licença ambiental do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional - IPHAN, observadas as legislações pertinentes à área, o seu zoneamento e as normas adiante especificadas:

a) serão autorizadas as atividades de fiscalização, monitoramento ambiental, pesquisa científica e uso público controlado;

- b) serão autorizadas as atividades científicas que não comprometam a integridade do Caminho e sua área de influência;
- c) somente será autorizada a implantação de estruturas turísticas se observadas as características do zoneamento;
- d) não será concedida anuência prévia para o desenvolvimento de atividades minerárias, de silvicultura e extração vegetal, de agricultura e pecuária, de estrutura energética, industriais e de infra-estrutura viária;
- e) nos trechos compreendidos nas áreas de unidades de conservação de proteção integral, zona de uso restrito, o uso público deverá ser de mínimo impacto, devendo estar condicionado aos critérios estabelecidos nos respectivos planos de manejo das unidades;
- f) nos trechos considerados testemunhos, zona de uso restrito, o uso público deverá estar condicionado a anuência prévia dos órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio histórico-arqueológico;
- g) a instalação de locais para acampamento na zona de uso intensivo somente será autorizada em áreas compatíveis com a legislação ambiental vigente, sendo vedada nas áreas com potencial arqueológico;
- h) nas zonas de uso extensivo e intensivo será autorizada a instalação de equipamentos para educação e interpretação ambiental, desde que não causem qualquer prejuízo ao patrimônio cultural-ambiental;
- i) somente serão autorizadas edificações para o desenvolvimento de atividades científicas, recreativas e de serviços públicos nas zonas de uso extensivo e intensivo;
- j) somente serão autorizadas edificações integradas à paisagem do Caminho e de sua área de influência e desde que dotadas de adequada infra-estrutura sanitária.

8.3. PERSONALIDADES

Várias personalidades da história do Paraná tiveram sua origem em Morretes, como os seguintes:

José Morais

Nascido em 15 de janeiro de 1849.

Interessado pela cultura do seu povo, fundou o internato Moraes, inaugurou o primeiro prelo da cidade, sendo compositor e impressor do primeiro jornal morretense, e com alguns



companheiros, criou diversas sociedades literárias e sociais, como *Amor ao Estudo*, *Clube Alfa* e *Filodramática Morretense*. Abolicionista fervoroso, poeta, cronista, tradutor e jornalista, dono de sólida cultura, alicerçada num humanismo impregnado de latinidade, lendo, traduzindo e falando com esmero a língua latina.

Colaborador de jornais e revistas, organizador dos quatro primeiros números do Almanaque Paranaense, pretendia reunir seus versos no livro *Curitibanas*, conforme costumava revelar a seus amigos, durante os “bate papos” diários na Rua XV. Chega a escrever a novela realista *Maria Clara*, datado de 1889, inédita, cujos originais andariam na época, em mãos de Raul Gomes.

Rocha Pombo

Nasceu na cidade de Morretes no ano de 1857. Aos 18 anos de idade assumiu a regência de uma cadeira de ensino primário, na própria localidade em que nascera. O exercício de magistério orientou-o para a nobilitante carreira de letras.

É considerado hoje o maior historiador do Brasil. Os seus vastos conhecimentos, a sua longa prática de historiógrafo e a sua instrução geral deram-lhe naturalmente uma posição excepcional nas nossas letras.

Francisco de Paula Negrão

Nasceu em Morretes na localidade de São João da Graciosa, a 13 de agosto de 1871. Funcionário Público, dedicou-se à pesquisa histórica, sendo membro do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense e do Centro de Letras do Paraná, dando notável contribuição cultural com o lançamento da obra “Genealogia Paranaense”, nela consumindo vinte e quatro anos de sua existência com a colaboração de sua esposa Astrogilda. Faleceu em Curitiba em 11 de setembro de 1937.

João Turim

Nasceu em Porto de Cima, próximo ao Litoral Paranaense, em 21 de setembro de 1878. Iniciou seus estudos na Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná. Em 1906, segue para Bruxelas, onde encontrou-se com Zaco Paraná, que se tornou seu grande amigo.

Naquele Centro de Cultura, matriculou-se e freqüentou, até 1911, o Curso de Belas Artes na Real Academia de Bruxelas. Ali obteve todos os prêmios dos Cursos que freqüentou, o que fez

com que seu Professor, o Mestre da Estatuária – Vander Stappen, junto com a direção da Academia, lhe concedesse um atelier dentro da própria escola fornecendo-lhe o material, modelo e carvão para que o artista pudesse realizar a obra *O Exílio* com o qual conseguiu Menção Honrosa no Salão de Paris. Essa escultura de dois metros de altura pode ser vista na Municipalidade de Bruxelas.

Luiz da Silva Bastos

Nascido a 27 de Dezembro de 1879, na cidade de Morretes, filho de Luiz Domício da Silva Bastos e D. Maria Corrêa da Silva Bastos. Aos cinco anos de idade, foi para o Rio Grande do Sul, voltando 5 anos depois para sua cidade natal.

Revelou o seu inspirado talento musical no concurso aberto pela comissão promotora dos festejos a Morretes, na capital do Estado, para a composição do Hino Morretense, em que foi vencedor.

Aguilar Moraes

Exerceu por mais de 33 anos o cargo de Secretário e Contador da Prefeitura Municipal de Morretes. Ocupou, no ano de 1935, o Cargo Adjunto de Promotor Público do Termo de Morretes. Em 28 de junho de 1940 foi nomeado para exercer, em comissão, o cargo de Prefeito Municipal, que desempenhou por quatro anos. Durante sua gestão foi implantada a rede de água e esgoto em Morretes.

Lange de Morretes

Nasceu em Morretes em 1892 e faleceu em Curitiba em 1954. Professor, pintor e desenhista. Fez os primeiros estudos com o pintor norueguês Alfredo Andersen, então radicado no Paraná.

Aperfeiçoou-se em Leipzig e Munique, na Alemanha (1910 – 1919). Regressando ao Brasil (1920), fixou-se em Curitiba. Ali fundou uma escola de desenho e pintura que, por mais de 10 anos, manteve em funcionamento. Também foi professor da Escola de Belas Artes do Paraná.

Os funerais do artista foram realizados em Morretes e, segundo desejo do próprio artista, seu corpo foi sepultado em pé com o rosto voltado para o Pico do Marumbi.

Theodoro de Bona

Nasceu em Morretes, em 11 de junho de 1904. Filho de Antonio De Bona e Casira Bertazzone De Bonna. Iniciou seus estudos no Grupo Escolar de Morretes, tendo-se transferido mais tarde para Curitiba, onde cursaria o Colégio Bom Jesus e posteriormente o Ginásio Curitibano, do Professor Luiz Parigot.

Iniciou-se na Pintura com a professora Gina Bianchi e em seguida com Cecília Cecchi. Ingressou em 1922 no atelier de Alfredo Andersen, freqüentado por Triaple, Freyesleben, Tabora Junior e Augusto Pernetta.

Ainda como aluno de Andersen, participou pela primeira vez de uma mostra conjunta com os demais colegas, realizada em 1925 nos Salões da Associação Comercial do Paraná. Incentivado por Turim e Lange de Morretes, aperfeiçoou seus estudos na Europa.

Permaneceu em Veneza, Itália, por 10 anos, onde participou de todos os grandes eventos artísticos nacionais, mantendo-se com os recursos de sua própria arte.

Há inúmeras obras suas em galerias particulares do Brasil, Itália e América do Norte.

Foi professor das cadeiras de Desenho Artístico e de Pintura na Escola de Música e Belas Artes do Paraná, da qual foi diretor até 1976 e pintou a *Via Sacra* para a Igreja de Nossa Senhora do Porto em Morretes, finalizando-a em 1978.

Lúcio Borges

Lúcio da Costa Borges nasceu na cidade de Morretes, no engenho do Cari, no dia 15 de abril de 1916. Foi o décimo primeiro filho de Camilo da Costa Borges e Guilhermina dos Santos Borges.

Aos cinco anos foi para a escola e aos oito anos já recitava os *Meus oito anos* de Casimiro de Abreu.

Ainda muito jovem, aos quatorze anos, por vontade de seu pai, foi aprender com seu primo Pedro, agente da Estação de Alexandra, o ofício de telegrafista da Estrada de Ferro. Lúcio aprendeu rapidamente o alfabeto Morse. Em 1931 foi morar em Ponta Grossa e trabalhou na estação como praticante gratuito. Matriculado pelo irmão no Ginásio Regente Feijó, deixou a telegrafia. Em 1932 voltou para Morretes.

Ingressou na Universidade Federal do Paraná onde fez o Curso de Odontologia, período em que conheceu sua musa inspiradora e companheira Gylcinia Tabora Ribas de França.

Em 1947, cinco anos após finalizarem o curso de odontologia, no dia 29 de dezembro, Lucio e Glycinia se casaram. Da união nasceram 4 filhos: Luciane, Cristiane, Heitor e Camilo. Frequentou a Escola de Música e Belas Artes do Paraná no Curso de Artes Plásticas e a Escola de Arte Dramática do SESI no Curso de Teatro.

Pertenceu ao Centro de Letras do Paraná – Secção do Paraná; ao Círculo de Estudos Bandeirantes e ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná.

Faleceu em 21 de setembro de 2000, na cidade de Curitiba.